

ENS A I O

FOUCAULT

teórico do historicismo

LUIZ SÉRGIO DUARTE
 Universidade Federal de Goiás
 Goiânia | Goiás | Brasil
 sergio.duarte.ufg@gmail.com
 orcid.org/0000-0003-1541-3206

Foucault é hiper-historicista: realiza uma História da história do historicismo. Em *Em Defesa da Sociedade*, curso de 1975-76, isola o cerne da consciência histórica do Ocidente. História é o saber e a verdade entendidos como pertencentes ao registro da ordem e da paz no tempo. Um discurso do Estado. O historicismo é, ao mesmo tempo, um tipo de consciência crítica do Ocidente. Migrou para o espaço público e passou a servir todas as posições em luta. Virou consciência política. Essa consciência só pode ser entendida como mudança em seus momentos de ruptura. Assim ela pode ser lida como passagem ou ultrapassagem de limite. O historicismo nasceu como narrativa da humanidade em luta constante e como referência de conteúdos para as discussões do campo histórico-político. A História é arma tática, aparelho discursivo. O historicismo é a doutrina da consciência histórica moderna. Esta é contraditória, pois possui um lado crítico (consciência política) e um lado dogmático (legitimação do Estado).

Um acontecimento se deu: a narrativa da humanidade como guerra perene. Boulainvilliers, um nobre decaído e interessado em dar memória e saber a seu estamento inventou a História Social. Pela primeira vez alguém se interessou pela história de súditos, do povo, da nação em termos de dominação ou de relações de força. Táticas e estratégias foram reconstruídas, arquivos remexidos e causas buscadas. Afirmou-se que a História é interessada: ocorreu uma emergência e ela sinalizou uma passagem. Foucault produziu uma História do historicismo que inverteu a fórmula de Herder, Humboldt e Droysen. Não a História da formação da humanidade, mas a História da sua instabilidade. História é “a relação perpétua e incontornável entre a guerra narrada pela História e a história perpassada por essa guerra que ela narra”. Boulainvilliers viu estratégia não só do lado do soberano, como Maquiavel. Estratégias estão em todo lugar. A substância da história é o jogo de poder: importa reconstruir relações de força.

Há uma mudança na interpretação foucaultiana do historicismo. Em *As Palavras e as Coisas* (1966) ele foi apresentado como o modelo crítico e relativista, hermenêutico e comunicativo que levou ao cume a forma da leitura que impede a verdadeira análise da finitude. Um heideggerianismo que acusa a história do trabalho (antes levado a cabo pelo estoicismo e pelo cristianismo) de esquecimento do ser. Já em *Em Defesa da Sociedade* (1976) é a História que pode levar a cabo a crítica do “disciplinamento” (o Estado moderno se apropriando da tradição platônica que identifica saber e verdade com ordem e paz). Bouldainvilliers é o autor que permite localizar essa leitura hiper-historicista. Para Foucault, trata-se de denunciar o anti-historicismo do saber contemporâneo. Foucault possui uma teoria da História meta-historicista. Refaz a História do historicismo para localizar nele a dinâmica que possibilitará o nascimento da Filosofia da História.

O conceito de História de Foucault é, portanto, pós-historicista. Realiza uma História dos discursos da história para desmascarar a dialética. O universal no real é uma mentira. Foucault cita Veyne e soluciona, na sua perspectiva, o enigma do historicismo. A história é um cruzamento (composição de efeitos). A história é peripécia. Como conhecimento (História), se faz pela reconstrução da invenção e instituição de fronteiras: onde limites são ultrapassados, onde territórios são abandonados ou assegurados, onde camadas e dimensões são atingidas inesperadamente. Mil processos diversos produzem um efeito imprevisto. A razão de Estado é fruto de uma multiplicidade de processos. Vários tipos de resistência ou dissidência diante da concepção de poder no Ocidente (o pastorado). O erro do historicismo foi tomar interpretações por teorias. As filosofias da história são mera ilusão dogmática: histórias de alguma coisa elevadas à categoria de modelo rítmico de todas as histórias. Leis da história como leis da natureza. Cabe ao historiador encontrar a razão de cada história. Para isso, mapear discursos e práticas e reconstruir em conjuntos de enunciados e instituições a sua própria lógica interna (episteme).

A defesa dos interesses da nobreza (posição descentralizada, liminar) contra a burguesia e o Estado abre o conhecimento do poder como relação (não como posse). A sociedade é o resultado das lutas estratégicas que dividem os que o disputam o poder. Uma luta constante de raças (gauleses, romanos e germânicos) é a da lei da história, sua expressão é a guerra. Força (conteúdo) e guerra (forma) isso é história. Uma teoria da sociedade que a entende não mais em termos jurídicos (a construção das condições da ordem e da paz) mas em termos políticos. O que é História? Sangue, suor e lágrimas e a sua narrativa. Ao contrapor soberania e disciplina, o saber da ordem e o saber da ciência, Foucault redescobriu a estrutura binária da sociedade. Luta de todos contra todos: política e guerra como sinônimos. Não há organismo, pirâmide de subordinações, necessidades de natureza. O que há é mentira, conquistas, acasos, peripécias, vencedores e vencidos. Não há neutralidade: relações de verdade são relações de força. A História é o discurso geral das lutas políticas.

Foucault produziu uma teoria da História estudando a historiografia e a literatura do Renascimento, da Idade Clássica e da Idade Moderna. *As Palavras e as Coisas* e *Em Defesa da Sociedade* são os documentos desse empreendimento. Discurso do Estado, da administração que em ambiente de crise se torna discurso das lutas da sociedade. O século XVIII é entendido como a era não da luta da luz contra a ignorância, mas como o lugar das lutas entre diferentes discursos (conjuntos de enunciados com formas, detentores e efeitos distintos): combate de saberes. O Estado elimina, normaliza, coordena, classifica e hierarquiza esses saberes, sobretudo os institucionaliza. É o disciplinamento ou

controle dos mecanismos e aparelhos produtores do saber. Não se precisa mais de uma ortodoxia (censura dos enunciados como proteção da verdade), a disciplina basta. Quem falou? Que enunciado? Como classificá-lo? Isso produz liberalismo dos enunciados e controle rigoroso de seus procedimentos, uma nova velocidade das verdades, pois elas se desgastam mais rapidamente.

A ortologia é o saber dos lugares de enunciação. É essa prática que produz sujeitos. Para eles vale a regra da ciência, disciplina nos corpos e nas enunciações. A análise de discurso desvela enfrentamentos de poder não as exigências de verdade. Foucault fez a genealogia do discurso do Estado, a História. Mas estudou também o disciplinamento dos corpos dóceis ou como distribuir indivíduos no espaço, como controlar o tempo das ações e acumular o produto de cada um desses movimentos, como articular as peças dessa máquina: vigiar, punir, examinar.

Para a teoria da História, o importante é destacar essa era do disciplinamento das instituições e dos saberes. Organização e articulação sistemática: disciplina, a ciência. A História como arma discursiva, tática da luta política. Leitura da humanidade como disputa de forças, a sociedade como guerra. Nascida de uma leitura aristocrática, durante a revolução, essa Filosofia da História como estratégia se generaliza. Meta-História da guerra de nações, classes e raças em guerra. Há um enredo (a guerra, disputa de forças) e há um sentido (equilíbrio de forças, a constituição). História cíclica das disputas ou a aventura das dominações bárbaras. Revolução equilibrada e barbárie filtrada. A história como reino da liberdade (não do privilégio) e da cidadania (não do absolutismo). Mas para isso foi necessário moralizar e separar: há a disputa e a barbárie do bem. Interessa a disputa controlada e a barbárie que afirma a liberdade, despreza o selvagem e almeja a civilização. Uma História virtual ou da capacidade de realização de potencialidades. Essa é a tarefa do Estado e seu equilíbrio normatizador. Uma História retilínea que reconstrói o caminho que une o virtual ao atual. Uma nação se realiza em seu Estado. Essa é a estória da História.

Uma transformação ocorreu. Não mais a luta militar, mas a luta civil e seu sentido é a universalização do Estado. Antes reinava o esquecimento das lutas, agora temos com o ingresso do universal no real, o momento da verdade. Para Foucault, a História é a justaposição desses dois modelos. Um centrado no passado da dominação aristocrática, outro no presente da sociedade civil burguesa. Um começo dividido e uma conclusão totalizadora. A Filosofia da História do historicismo é o resultado da interação desses dois paradigmas. A verdade universal do presente: História e Filosofia em interação dialética.

A unidade do procedimento foucaultiano deve ser buscada em sua teoria da História: a pesquisa da positividade dos discursos, das condições de sua possibilidade. Trata-se da reconstrução dos arquivos ou dos sistemas de formação e transformação dos enunciados. Acontecimentos e coisas criados discursivamente possuem uma lei que regula sua enunciação e ocorrência. A essa arqueologia (o saber dos arquivos) se junta a genealogia ou o estudo das práticas e instituições que produzem regimes de visibilidade e de linguagem para esses discursos. A partir de *Vigiar e Punir* (1975) são identificados o discursivo e o não-discursivo. O que se faz todo o tempo é História. Ela serve para reconstruir o visível, isto é, o diagrama ou a instância macroscópica que integra e atualiza relações de forças. Serve também para reconstruir instituições, dispositivos ou regras-aparelhos que integram relações de poder e constituem, atualizam e remanejam saberes.

Saber-poder: há uma teoria da História em Foucault que, ao reconstruir o que ele entende como a história do historicismo (a História entendida como história da guerra) e a época de sua afirmação (século XVIII), produz relevância e atualidade para a época da compressão tempo-espaço. A internet é o ambiente das disposições. Uma notícia (falsa ou verdadeira) altera todas as relações que ela media. O papel do Estado fica diminuído. Disciplinas microscópicas e contra-direitos em série produzem um poder difuso e subliminar, difícil de reprimir, de legalizar, de normatizar. A simultaneidade dificulta a censura. A infração não é localizável, pois o meio é forma de conteúdo na forma de enunciados.

O que temos é o paraíso das funções não formalizadas (espontaneidade). O labirinto da receptividade das matérias não formadas: afetos e afecções em livre trânsito. Imagens e enunciados a serviço de um saber do não saber. História é reconstrução de relações de poder e de saber. História é saber das forças em relação. Trata-se de produzir uma História da verdade: descrever práticas e explicar como discursos excluem e produzem saberes. Há fases do pensamento de Foucault: até 1970 há uma ênfase na violência e no discurso produtor de instituições. Passa-se então para o complexo saber-poder e para a ênfase nos híbridos, prática discursivas e dispositivos. O poder microfísico está agora no interior dos corpos, sujeitando desejos e disciplinando gestos. Na Medicina, na Psiquiatria, no Direito, na Economia, na Biologia, na Linguística reconstruídas se pode localizar o modelo. Mas há uma diferença. Encontrar modelos não é igual a viver a história. Reconstruir modelos de experiência e representação é diferente de viver em mundos simbólica e praticamente ordenados.

Uma coisa é constatação da verdade, outra é a prova de realidade. A Medicina substituiu a crise (a luta entre vida e doença) pelo diagnóstico diferencial e anatômico porque tinha referência empírica (as áreas lesadas). A Psiquiatria teve que seguir especulando. Mas precisava traduzir demanda por internação em sintoma. Também porque legitimava a outorga do próprio poder de decretar a loucura. Poder é relação, eis a revolução-Foucault. Localizar o poder em seu funcionamento liminar, descrever suas operações e transformações: eis a tarefa do genealogista-arqueólogo.

Na teoria da História de Foucault, o importante é como funcionam práticas e discursos. Há um desnível entre a reconstrução atual e o jogo de forças que construiu o passado. A diferença é o foco que é permitido ao nível da reconstrução. Ao historiador não é permitido a arbitrariedade e a anarquia que reina no mundo. O historiador é como o psiquiatra do século XIX: sua presença altera o ambiente. Ele administra e cria disciplina. A verdade se deixa ver: as forças em luta deixam sua marca nas coisas. O jeito de escapar à armadilha positivista é negar o sentido final e o espírito objetivo. Manter a tensão do acaso e da multiplicidade é considerar como expressivas e reconstituíveis as vontades de saber e os discursos de verdade. Não só a teoria da adequação da verdade precisa de História. As séries de acontecimentos que produziram o moderno são de toda ordem e elas demandam interpretação de seu jogo de forças.

A descoberta da relação entre acumulação de capital e acumulação de homens é a revolução-Foucault. Tornar útil a multiplicidade exige um aparelho de produção para mantê-la. Táticas de distribuição (tarefas), de ajustamento (corpos, gestos, ritmos), de diferenciação (capacidades) e de coordenação (aparelhos) a serviço da estratégia de disciplinar a multiplicidade. O teórico da História disciplina o passado, mas essa tarefa só é possível invertendo a realidade. Nela reina a multiplicidade, então resgatemos o acontecimento; nela opera a flutuação, então apliquemos o antinomadismo que reduz o humano à discurso e

prática. Na realidade reina a escuridão e o silêncio, então, apliquemos táticas que implantem a transparência e a visibilidade. Que as relações em cada dimensão e em cada camada sejam vistas, sobretudo, que as relações entre elas sejam conhecidas.

O passado é multiplicidade disciplinada pela via da valorização do gesto, do acontecimento e da diferença. Mas isso só é possível pelo saber da fronteira: limites ultrapassados, passagens mapeadas, extremos valorizados e invertidos. O panóptico Foucault (sua teoria da História) quer disciplinar a gótica realidade. Uma lógica da inversão: Direito universal articulado a contra Direito (regra assimétrica e excludora) e infra Direito (formas microfísicas do direito) possibilitam o aprendizado e o exercício de ritmos e gestos eficazes, indulgentes e minuciosos. Uma História do paradoxo: formação de saber e majoração de poder. História da punição que vira vigilância, dos castigos gerais para os “mesmos”, da requalificação do sujeito como treinamento de criminoso, da generalidade não da consciência universal liberadora, mas da extensão da regra simples.

Foucault nos ensina porque, na modernidade, a razão precisa da loucura, o trabalho exclui o prazer, a Pedagogia reduz, a Economia empobrece, a Biologia cria monstros, a Gramática repete ou coisifica. A História é a fronteira que cerca o conhecimento do homem moderno. Sociedade, mente e linguagem estão limitadas pelo saber do oscilante, do extremo e da mistura: morte, desejo e lei. A modernidade é tecnologia e o saber da finitude: o inquérito e a investigação permitem a pesquisa autoritária da verdade, mas essa verdade é ilimitada e inconsciente. A positividade da história não pode esquecer o preço da fixação do ser. Saber que assim é não nos dá o poder de controlar todos os acontecimentos. A História é uma região onde a origem sempre recua, o fim está próximo e o pensamento distante.

Para captar paradoxos procede-se reconstruindo e comparando processos. Por exemplo, a punição na Inglaterra do XVIII nasce do deslocamento espacial de indivíduos (as classes baixas oriundas do campo ou das periferias urbanas) e relocação das riquezas (comerciantes e aristocratas mais que pequeno burgueses). É para as “classes baixas” que as sociedades religiosas dirigem seu esforço de controle e vigilância de condutas. A correção penitenciária dirigida inicialmente para os marginais volta-se para os pobres em geral. Moralização da sociedade e estatização da moral são as soluções para o exercício do poder onde a riqueza se concentrou e uma revolução burguesa havia enriquecido o campo onde atuam aqueles grupos interessados em ordem. A polícia nasceu da ação de religiosos e particulares que pressionaram o Estado para codificar e controlar a vida cotidiana. O sistema penal e o sistema punitivo possuem histórias distintas. Um nasce do poder político soberano e encontra aceitabilidade apresentando-se como ato de defesa contra infrações hostis à sociedade. O outro nasce do modo de produção capitalista que lança mão de uma justificativa moral. A uma arqueologia dos discursos que fundamentam a institucionalização estatal da justiça se junta uma genealogia que analisa a tática que opera a integração desses dois conjuntos de origem diferente.

Já na França, o aparato estatal não reformado foi mantido até a Revolução de 1789. Mesmo depois o poder político se manteve concentrado e derivado, garantindo a adesão de laterais, ou seja, de indivíduos não diretamente interessados em sua sustentação. Há uma transferência do aparato repressivo para estratos marginalizados. Controle e repressão ganham a aparência de espontaneidade extrainstitucional. Nasce um aparato para-judiciário e paraestatal: antes da revolução, através das ordens régias; depois dela, através

dos saberes psiquiátrico, sociológico e criminológico. No caso da França, investimento e contrainvestimento do aparato estatal. Na Inglaterra, cisão e translação dele. O importante é a história das difusões: importam redes de intercâmbio, condições globais de aproveitamento e aceitabilidade, modelos de saber em operação, campos discursivos em movimento, aparatos institucionais em funcionamento e mudança, influência de séries de acontecimentos. Trata-se de reconstituir estratégias e táticas. História é arqueologia e genealogia do poder-saber.

Como procede tal história? Ela estuda comutadores: entrelugares, fronteiras, limites. Mais um exemplo. A mudança de orientação do sistema punitivo necessitou de um ponto de mediação capaz de encaminhar intermediações e derivações. O sistema das ordens régias só pode ser lido – mais como circular e menos como autocrático – com o desvendamento do papel de instituições produtoras de consensos morais regionais e locais demandantes. A localização desse dispositivo (mecanismo de exercício do poder) é central para localizar uma mudança capital. Correção mais que prevenção: moralização e psicologização da pena. Não mais a prevenção do comportamento daqueles que precisam de orientação. Agora a tarefa é punir com reclusão a falta cometida. Os novos comutadores serão de outra escala: os do biopoder e os da disciplina. O importante é saber o que se passa entre. Quando se estuda as epistemes (modelos de saber) importa é saber onde se produz mais-saber: lugares de desnivelamento, ruptura, vazão, interrupção, desligamento, recorte ou desconexão. Onde se constituem campos de objetos, se explicitam posições de sujeitos, se formam conceitos e teorias.

O jogo das relações de poder é indefinido. Os movimentos de formação, deslocamento, circulação, concentração só podem ser reconstruídos. Os suplementos, os excessos, os reforços de poder não podem ser previstos. As ligações são paradoxais. A investigação é um mais-saber produzido pelas ciências empíricas. A medida do cosmos, as descrições da natureza e as normativas do homem são excessos ou sobras da investigação e do exame. Mais-lucro, mais-poder e mais-saber demonstram a lógica interna dos campos. Essa lógica será desvendada a partir do jogo da história das práticas discursivas, das matrizes epistemológicas e jurídico-políticas e dos campos onde acontecem as misturas, onde limites são ultrapassados, onde suplementos produzidos. Um trabalho minucioso de pesquisa, de investigação, de exame reconstrói a história da pesquisa, da investigação e do exame. No século XVIII um limiar foi ultrapassado. A tecnologia (mineração, química, contabilidade, altos-fornos, máquina a vapor e panoptismo) permitiu uma nova relação entre mecanismos de objetivação e instrumentos de sujeição: afinam-se as relações de poder e aperfeiçoam-se os modelos de saber. Um cartesiano faz uma história do cartesianismo e produz um pós-cartesianismo. Mas, sobretudo, uma teoria da história que desautoriza determinismos, reducionismos, mecanicismos. Teoria da História que valoriza a história dos procedimentos da História. Trata-se de uma revolução metodológica. Para explicar a existência de uma prática ou de um discurso você precisa situar relações. Esse procedimento situacional é radicalmente histórico, acontecimental, singularizante. Para determinar as condições e princípios de funcionamento de práticas e discursos faz-se História. Se nos concentramos em discursos precisamos reconstruir as relações que permitem o seu controle. Formas internas de controle do discurso (comentário; desnível como excesso, estranhamento ou especulação; referências à narrativas maiores) e formas externas de controle do discurso (vontade de verdade como sistema de exclusão, interdição e separação) devem ser entendidas como

articuladas politicamente a operações cujo objetivo é o controle dos enunciados em série, regra e condições.

O fundamental é situar um enunciado ou uma prática em relação a seus conteúdos, formas e sujeitos. Não se trata mais de representação (realidade prescrita em discurso), o que interessa é a própria realidade entendida discursiva e praticamente. Não há documento, há monumento. É a “memória dura dos combates”, a “redescoberta exata das lutas”: eles estão nos acoplamentos de saber, nos excessos discursivos, nos dispositivos institucionais. Mas é sempre uma História além dos limites e que serve para ver limites. Uma História atenta aos excessos para enxergar metamorfoses. Uma História das passagens, mas que reconstrói posições; que identifica pontos, mas rastreia convergências; que explica transferências através do rompimento de princípios. Foucault nos apresenta o método que atravessa. Ele encaminha cortes, mas também, constitui misturas. Fronteiras, limiares, articulações interligam, mesclam, cruzam. Procedimentos para separar, todavia explicam obscuridades: separação que aproxima.

Foucault sabia grego e latim. Nos textos gregos estudou *A Hermenêutica do Sujeito*. A invenção de Sócrates (que na *Apologia* a entende como missão desinteressada e útil) é um privilégio, uma forma de vida superior. A vida voltada para a experiência da vida: gozar de si. Formar-se livrando-se de falsas opiniões, fortalecendo e curando a alma. Isso se faz com ajuda (um mestre, um outro) e diante de vários (escolas, conselheiros, família, amigos). É um serviço que permite afrontar o mundo. Concretiza-se em práticas: a) o aprendizado de discursos verdadeiros e racionais sobre ele (o mundo). Eles (os discursos) dão acesso ao conhecimento dos princípios que regem o mundo; b) a apropriação, como desenvolvimento da capacidade de operação ou atualização desses princípios; c) a memorização, como exercício da verdade na escuta, na escrita, na mnemotécnica para que o sujeito se vincule à verdade e não coisifique a alma; d) a imaginação do futuro ou recurso de localização e controle daquilo que pensamos (representamos) sobre o mundo. Os fatos do mundo são valorados com relação à sua dependência de nossa atitude diante dele, o mundo. Um acontecimento é um mal se a nossa reação diante dele foi errada; e) atualização da morte como recurso de valorização de cada dia e valoração do progresso moral que, retrospectivamente e possivelmente, se possa ter tido, em cada ação e na vida.

A hermenêutica do sujeito ocupa a fronteira entre uma história da subjetividade e a análise da governamentalidade. O sujeito pensante e normal é fruto de uma separação, de uma exclusão (loucura, doença e delinquência). O poder é o sistema das “relações estratégicas entre indivíduos e grupos”. Condutas e técnicas (enclausuramento, disciplinas, controle de populações, teorias do Estado) em disputa, em guerra. O cuidado de si é o que pode tornar possível todas essas Histórias. Na vida de Foucault essa virtualidade tornou-se atualidade. Hoje temos, graças a seu trabalho, todas elas (as Histórias) coordenadas por um intento de crítica da consciência histórica da modernidade e de seu conhecimento.

Na história da verdade temos o modelo da luta. Como fazê-la (a luta) sem se basear nela (a verdade). Nietzsche guia uma outra teoria do conhecimento, que por sua vez se coloca contra a própria ideia de teoria. Conhecimento é resultado de um jogo: efeito superficial e, muitas vezes, acidental de processos de invenção. A verdade é um artifício. Por que isso é importante? Essa tese afasta a verdade da origem, da natureza ou do ser. A verdade não tem fundamento ou modelo. Ela não foi roubada ou imitada. O

conhecimento não é relação sujeito-objeto, não é decifração. As coisas guardam sentido oculto. O mundo é um caos. Compreender não é conciliar, é dominar. Conhecer é diferenciar. Só há conhecimento daquilo de que nos afastamos. O conhecimento não é da ordem do bem ou da felicidade: ele desvela e é da ordem da maldade. Não é útil, porque contraditório. Não quer afirmar, nem amar. O conhecimento não quer paz. O inimigo é Conte: a verdade como objeto, ordem e progresso.

Em Nietzsche, a verdade sobrevém, emerge. “O conhecimento não é feito para a verdade”. O positivismo é atacado por dentro: a verdade é a derrota da busca da verdade. Só há cumplicidade com a não cumplicidade. O pesquisador é um aventureiro, ele possui uma moralidade audaciosa, não é generoso, bom ou útil. Necessidade da vida, da luta, do alimento, da rivalidade. Foucault é um monge do antiascetismo, sua oração é o ultrapositivismo. O pós-estruturalismo denominou tal história de jogo de diferenças. Um bom exemplo é a história política da verdade presente em *A Vontade de Saber* (1976) e nas *Aulas Sobre a Vontade de Saber* (1971-72).

A genealogia desde o início dos setenta mostra a armadilha: praticamos a confissão, ela é o nosso rito de produção da verdade. Por isso, no Ocidente, acreditamos que a verdade é um valor do âmbito da liberdade. O alívio de um segredo faz esquecer o dispositivo. Dispositivo é mecanismo de ajustamento. É um entrelugar. É uma fronteira como lugar de conflito e diálogo. Mas é também limite ou ponto a partir do qual uma transformação se opera. A verdade é produto discursivo. Um discurso sustenta uma transformação, uma nova verdade. A verdade é exatamente o que um discurso produz. A verdade não é só liberação; ela é produto de inquérito e interrogatório. A verdade, no Ocidente, está ligada à expressão obrigada e exaustiva de um segredo individual. A irmã da confissão é a tortura. A confissão é, na “nossa civilização”, a forma discursiva - juntamente com a escuta clínica, um seu avatar - produtora da verdade. O dispositivo é o conceito da história que enfatiza a ruptura. Essa história conhece o desenvolvimento (Weber e Frankfurt), mas ela quer espacializar. Ela quer localizar pedaços. Um dispositivo reúne discursos e instituições, adesão interior e imposição exterior. Um dispositivo nos faz ver um padrão de experiência, uma ordem, um modo de ser, uma atitude, uma visão de mundo. Temos então um diálogo com Weber. Conduta não é só resultado de um sistema de representações (os trilhos simbólicos que orientam a direção do vagão dos interesses materiais). Conduta é resultado objetivo, é a resultante de coisas bem positivas tais como discursos e instituições. Foucault é o retorno de Marx, com a ajuda de Nietzsche: ontologia monista e epistemologia virtual agora dão novo nome para o que foi chamado materialismo histórico e dialético.

Mas tudo isso se faz com Freud. A confissão foi codificada na clínica, a clínica procura causas por meio de confidências; a clínica precisa delas porque a verdade é clandestina e obscura, mais ainda, a verdade precisa ser constituída em uma relação (confessor e confidente), algo precisa ser revelado e decifrado; por fim, a terapia recodifica, desloca, sana, trata, normaliza. Foucault não quer norma, o falatório, “a” causa. Ele quer mostrar que sexo não é doença, quer falar sem querer fazer falar, quer desmascarar o interesse terapêutico, quer mostrar que a verdade também produz doença. Toda a discussão em torno do pós-estruturalismo nasce aqui. Então não temos mais sujeitos, só normas; não temos mais ciência, só inquéritos; não temos mais causas, só efeitos. Toda a discussão relevante em teoria da História gira em torno dessas questões. A narrativa é só a imposição de um discurso? Onde está o sujeito na pesquisa? O que é verdade? Como justificar objetos? Como localizar problemas? Essas

respostas dependem de uma superação da Filosofia tal como ela foi exercida, em sua vertente dominante (o platonismo), no Ocidente até ser fixada na “sociedade moderna”? Precisamos de uma História do Ocidente que o desconstrua? Só a desconstrução resolverá o problema? O problema da sociedade moderna é o narcisismo transcendental desse sujeito que é incapaz de fazer a sua própria História? Só a arqueologia está capacitada para desmascarar preconceitos? Só a genealogia sabe fazer História?

Diferença em cada ponto. Mundo como rede de relações, algumas delas violentadas por marcas (o que já foi chamado de sentido, mas que se deve chamar de categoria ou signo). É tal marcação que possibilita as deformações e perspectivas que identificam os objetos e a criação dos sujeitos. Não há pureza, certeza, conquista ou serenidade. No que interessa a uma teoria da História, interessam rupturas; continuidade, razão, lei, forma não estão em causa. Isso já foi chamado de contradição performática, reducionismo e procedimento unidimensional. Teoria contra a teoria (pois não há sistema, só pontos e relações). O preço da crítica da História universal é a explosão da História. Práticas e discursos locais tratados historicamente, mas que não se pode chamar de História: são arqueologia de discursos e genealogia de práticas. Para Foucault o importante é que não se abra mão da História, mesmo que para isso tenhamos de parar de assim denominá-la. Então fica fácil decidir em termos de nomenclatura: chame do que quiser! Claro que História dos Sistemas de Pensamento é o nome da cadeira de Foucault no Colégio de França. Claro também que essa cadeira lhe foi oferecida porque ele renovou a disciplina. O que não depende de decisão individual e sim de debate filosófico é a teoria da verdade que sustenta esse projeto renovador.

A busca por conhecimento seguro é característica da racionalidade humana. A segurança de um conhecimento é a marca da sua verdade. Tal segurança seria garantida por uma crença em um valor ou pela correspondência entre linguagem e realidade. A experiência do erro e da maldade negam a segurança absoluta. O que sobra é a verdade por aproximação ou verossimilhança. Sobra ainda o alerta para a prudência das pretensões e controle crítico dos raciocínios o que não nos impede de concordar sobre constatações banais e alimentar seguranças absolutas. Essa teoria da verdade foi questionada por Foucault. Ele a entedia como verdade metafísica.

A marca da verdade é a alteridade e a relatividade histórica. “A verdade nunca é a mesma”. Esta afirmação está ligada à filosofia da diferença. Ênfase na transformação, na construção, no sonho. Os anos sessenta e seu esforço crítico e combatente. Contracultura é renovação do Ocidente: ruptura mais que continuidade, denúncia mais que acomodação. No Ocidente, verdade é coragem, envolve um tipo de existência, aquela que recusa a sabedoria, aquela da vontade de saber. Não se trata de relativismo epistemológico; é, sim, relativismo histórico. A verdade depende de condições de possibilidade materiais e ideais. Em termos de saber, episteme, modelo de conhecimento ou condições de estrutura e mudança social. Conhecimento é o modelo de saber vitorioso no Ocidente onde interessa decidir sobre verdadeiro e falso. O conhecimento é só um tipo de saber.

O saber se liga à impureza. Saber o que? Saber quem sabe? Sabe caso aquele que conhece as regras e resolve um enigma. Sabe também quem testemunhou um fato. Édipo, um mensageiro, um escravo: pouco importa. Não mais o saber do herói, do vidente ou do rei. Sabe-se enfrentando um processo. Determinar um fato é atributo de qualquer testemunha. No primeiro caso, o importante é o acontecimento decisório, a distribuição justa, adequada. Saber é

diferente de sabedoria: saber é produção de erros, construção de barreiras, ato de exclusão, determinação de fatos. Na sabedoria, a verdade é invento, iminência, espera e indecisão. Como na Grécia arcaica, o saber é um segredo do poder. Regra ancestral guardada pela aristocracia, aquela que sabe a ordem das coisas.

Mas a Grécia mudou. Um saber que é tempo e ordem vira um saber que é justiça e verdade. História é o saber dos deslocamentos. A História da Moral e do Direito ensina lógica social. Um saber mesopotâmico articula-se com um saber indo-europeu. Mudanças sociais (moeda, colônias, hoplitas, comércio, dívidas) e concepções de mundo (o saber-poder do Oriente e o a verdade-desafio da tradição grega) produzem uma mistura: a verdade-saber como justiça e distribuição mediadora. Mas a moral da coragem individual e da aceitação da ordem (*aretê*), transmitida pedagogicamente (*paideia*), prepara o caminho para o saber do fato, este que vigorará na modernidade e remonta a Aristóteles e sua lógica apofântica (o saber do enunciado assertivo, falso ou verdadeiro). Foucault localiza uma revolução na filosofia da linguagem: a exclusão da materialidade discursiva. O saber dos sofistas, os senhores da ambiguidade e da declaração, suplantados por Sócrates, Platão e Aristóteles. Para os sofistas, linguagem é discurso, se relaciona com os sujeitos. Para o trio filosófico, Linguagem é signo, se relaciona com o ser, com a realidade. Uma ontologia da verdade das proposições substituiu uma ontologia monista. O paradoxo não interessa mais.

Foucault é o mago da segunda metade do século XX. Em um diálogo com dois profetas das crises capitalistas (Max Weber e Karl Marx) descobriu que além da moral ascética, a modernidade ocidental precisou incorporar os fenômenos próprios da vida humana (o corpo e o dispositivo da sexualidade) ao seu modelo de conhecimento. Uma história da ciência que não a entende como um tipo de saber, não é capaz de manter o primado da crítica. A biopolítica é um processo característico da modernidade. Sob o agulhão da defesa da vida solidifica-se um tipo de saber que é controle de populações e disciplina de corpos. Uma rede de relações cria um nexos que produz objetos, verdades, problemas e procedimentos. Esse nexos liga elementos ditos e não ditos, enunciados e instituições, noções e materialidades. A verdade é mais um dos produtos dele. Ela não é universal, não tem fundamento, nem é um valor absoluto.

A metafísica da representação (clareza do pensamento) criou a verdade como exclusão (verdadeiro ou falso). Criou a razão como exclusão do desumano e a relação do sujeito único e coerente com o objeto por ele limitado. É a relação domínio-vassalagem. Desarmar esse meta-dispositivo histórico – essa metanarrativa – é trabalhar com uma História feita em pedaços. Tal História vê camadas: saber é camada de discurso. O trágico (camada da arte) é também camada de saber. Essa tese nietzschiana é central. É uma tese de Filosofia da História. A tragédia sabe tanto como a Filosofia. A ciência, o conhecimento e a arte são camadas da vida assim como o saber e o discurso. Mas em cada momento da sociedade eles assumem formas distintas. Interessa saber o jogo de forças dentro de cada camada e entre elas. Sociedade, cultura, política e economia são pedaços e há pedaços de pedaços. Interessa o jogo que se faz, se fez e se fará com eles. Mas isso é, por sua vez, uma questão de jogo de forças.

Só se vê camadas encontrando entrelugares, limites, extremos: “Praias estéreis, margens onde assombra o mal como a lepra”, ou a doença venérea, ou a loucura. A razão precisou excluir a desrazão. O homem normal quer distância do delinquente. Não se quer ver os monstros. A verdade precisou da exclusão do simulacro para proteger a cópia autêntica da ideia, o significante-rei. Um princípio de distribuição exclui o impuro. Mas isso precisa ser reconstituído ou desmontado. A pureza é um recurso da inteligência. O que temos é História impura: articulação de macro e micro dimensões. A verdade cresce, está escondida ou precisa ser investigada. Para isso, a História precisa ser cada vez mais densa, inovadora e bem documentada. Exemplos mil: na Idade Clássica, o Grande Internamento do XVII, localizado pela *História da Loucura*; na Grécia Arcaica, o nascimento da Filosofia com os adventos da moeda, da colonização, da lei escrita e dos novos cultos de Dionísio, listados nas *Aulas Sobre a Vontade de Saber*; Nos primeiros séculos do cristianismo a documentação de táticas de verificação, dos ritos de penitência e das técnicas de direção, nas pesquisas que produziram *Os Prazeres da Carne*.

Marx, Weber, Frankfurt (os historicismos) já tinham feito a História do desenvolvimento, o que interessa a Foucault é espacializar a história. O século XIX foi o século dos adoradores do tempo o século XX deveria ser o século dos seguidores do espaço. Ler a história em pedaços e esses pedaços em tensão interna e externa: eis um programa para a História, mesmo que ele acabe se parecendo muito, pela sua ênfase na ruptura, mais uma estória.

Foucault teórico do historicismo

Ensaio recebido em 03/09/2020 • Aceito em 13/03/2021.

Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado